

As Conseqüências da Modernização Recente da Agricultura Nordestina

Prof. Dr. Joaquim Correia X. de Andrade Neto *

1.1 Introdução

O Nordeste do Brasil já foi, em função da produção açucareira, a área mais importante do Brasil no Período Colonial, até o momento em que a economia da colônia voltou-se para a produção aurífera e de pedras preciosas, no século XVIII.

Essa dinamicidade econômica estava concentrada em 02 áreas: o Recôncavo Baiano e a chamada Zona da Mata Nordestina, que eram as responsáveis pela produção de açúcar que abastecia o mercado europeu. Justamente em função dessas áreas açucareiras é que houve a ocupação do Sertão Nordestino com a criação de gado para atender a demanda dos engenhos e dos centros urbanos, sobretudo Olinda/ Recife (PE) e Salvador (BA).

Como o gado não podia ser criado na mesma área onde se cultivava a cana-de-açúcar, a pecuária, uma atividade complementar à açucareira, foi implementada no Sertão, note-se que a região do Agreste, situada entre a Mata e o Sertão foi a última a ser ocupada, sua ocupação efetiva data do século XIX.

De um lado para ocupação do Agreste havia como barreira natural a ser transposta a Serra da Borborema e seus Contrafortes que se estende do Rio Grande do Norte à Sergipe; Por outro lado, a ocupação do Sertão, onde havia grandes pastagens naturais, se tornou fácil a partir da subida do rio São Francisco. Como esse rio, apesar de ser de planalto apresenta longos trechos navegáveis, foi a partir da subida do seu curso que a pecuária pode se espalhar por todo o Sertão, contornando o Agreste.

Assim, foi essa atividade responsável pela ocupação de vastas áreas do interior do Nordeste, inclusive, ao contrário dos estados da PB, PE, AL, SE e BA, os estados do PE e em parte do CE e RN tiveram sua ocupação efetiva irradiada do interior para o litoral.

Apesar do clima semi-árido e da ocorrência periódica das secas, a pecuária encontrou no Sertão condições propícias ao seu desenvolvimento, porque mesmo nos períodos secos o gado era levado para as regiões serranas, conhecidas no Nordeste como brejão, essas áreas com temperaturas mais baixas e com maior umidade, por estarem expostas a circulação dos ventos úmidos vindos do litoral, davam condições para enfrentamento dos períodos secos. Era a chamada invernada.

O resultado é que formou-se no Nordeste não só duas diferentes áreas produtoras, como também, duas estratificações sociais distintas:

1º - Na Zona da Mata a sociedade do engenho, onde na pirâmide social tínhamos no ápice o senhor de engenho, em seguida os lavradores proprietários, lavradores não proprietários, a

* Universidade Federal de Pernambuco - Recife - PE - Brasil

burocracia do sistema colonial e da igreja, os trabalhadores assalariados especializados na produção do açúcar, os homens livres e finalmente na base da pirâmide os escravos que representavam o mais numeroso seguimento social.

2º - No Sertão, onde os fazendeiros eram absenteístas, em geral senhores de engenho, e não se justificava o uso da mão-de-obra escrava, a não ser a escravização dos indígenas que mais tarde foi proibida pelo Rei de Portugal, com uma sociedade mais aberta, formada sobretudo por homens livres, centrada na figura do vaqueiro. Também, pelo menos teoricamente, uma sociedade de maior mobilidade social, devido ao fato da remuneração do vaqueiro ter sido pelo sistema de “quarteação”, ou seja, tinha direito a um entre cada quatro bezerros nascidos. Afirmamos teoricamente, porque os bezerros que morriam eram os que pertenciam ao vaqueiro, além disso, a parte real que lhes coubesse poderia ser adquirida pelo fazendeiro.

Essa diferença de formação social, trouxe reflexos até hoje, porque no Sertão temos uma sociedade onde o elemento negro não está presente de forma marcante, como também, se comparada com a Zona da Mata, é uma sociedade mais aberta, sem grandes cargas de preconceitos presentes até os nossos dias na açucareira. Esses fatos nos levam a afirmar a existência no período colonial de dois Nordeste: o açucareiro e o da pecuária, com características bem distintas, embora a criação de gado, como já foi afirmado, fosse uma atividade dependente da canavieira.

Toda preocupação da colônia era com a produção de açúcar que se expandia de PE para AL e SE, no sentido Sul e de PE para a PB e RN no sentido Norte, o crescimento do número de engenhos mostra de forma clara essa importância. A expansão se dava inicialmente pelo litoral, onde a presença d'água mais regulares e volumosos permitiam não só um escoamento mais fácil da produção para o Porto do Recife, como também, permitia que os engenhos movidos a água, denominados engenhos reais, funcionassem o ano inteiro. Mesmo assim ocupado o litoral, a cana subiu os cursos dos rios, ocupando o interior, com engenhos movidos a tração animal e com a produção sendo escoada a partir dos lombos de burros.

A primeira crise dessa atividade vem ocorrer no século XVII, com a expulsão dos holandeses de Pernambuco, esses instalam nas Antilhas uma produção açucareira de melhor qualidade e de menores custos, mas foi uma crise de preços e não de mercado, porque esse se expandia de forma constante tanto que os engenhos continuaram a se expandir.

No século XVIII, a crise de preços é contínua em função da concorrência de outras áreas onde se produzia um açúcar de melhor qualidade e de custo mais baixo, mas foi no século XIX que a crise se tornou maior, com a difusão na Europa, em função do bloqueio napoleônico, da produção de açúcar de beterraba, restou ao açúcar brasileiro o mercado inglês, onde a concorrência era grande.

Justamente é quando ocorre o primeiro surto de modernização dessa produção, com o aparecimento simultâneo de unidades industriais modernas: os engenhos centrais, que por uma série de fatores fracassaram e as usinas, que a partir da segunda década deste século já comandavam a produção do espaço e reestruturavam a sociedade.

1.2 - A Modernização da Agroindústria Canavieira

A Revolução de 30, foi um marco não só na História sócio-política do país, como também, na organização das atividades econômicas, onde o Estado assumia o papel de planejador do desenvolvimento. No caso específico do açúcar, foi criada logo de saída a Comissão de Defesa da Produção Açucareira - COPA, mais tarde, transformada em Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA.

Foi o IAA o responsável pela modernização dessa atividade, com o incentivo a produção de açúcar de usina, embora a produção dos engenhos bangüês tenha sobrevivido nas áreas mais dinâmicas até a década de 50, e nas áreas secundárias, como o Rio Grande do Norte e o Brejo Cearense até a década de 70.

A usina representava uma nova forma de produção do espaço, com concentração de renda, conseqüentemente fundiária e com o uso da mão-de-obra livre, que só se torna predominantemente uma mãos-de-obra totalmente assalariada nos meados da década de 60; até então parte da renda do trabalhador advinha do sítio onde ele cultivava sua subsistência e o excedente comercializava nas feiras locais, o que lhes garantia um padrão de vida mais elevado do que é hoje observado.

A partir do IAA, a atividade açucareira conheceu diferentes momentos de euforia e crise, com uma concentração de capital crescente, a medida em que não só os antigos engenhos bangüês, como também as usinas menores, iam sendo engolidas pelas maiores, trazendo por conseguinte um cada vez maior alargamento fundiário dessas unidades produtivas e a constante proletarização da massa trabalhadora.

O Golpe militar de 64 é um marco da modernização e da proletarização, pois apesar de muito autores, que se dizem ou se diziam marxistas, responsabilizarem o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 63 como responsável por essa proletarização que significou a substituição da mão-de-obra assalariada permanente residente na propriedade, por mão-de-obra temporária e clandestina residente nas pontas de rua, foi a modernização dessa atividade a partir dos meados da década de 60, atendendo aos interesses dos grupos dominantes locais e, sobremaneira dos transnacionais, produtores de insumos modernos, que propiciou esse irreversível processo de proletarização.

Vale aqui salientar que o uso de mão-de-obra temporária nessa atividade, de trabalhadores denominadas no Nordeste de “cassacos” ou “trabalhadores de aluguel” e no Centro-Sul de “bóias frias”, é antiga, sobretudo nos períodos de colheita e, também, que o Golpe de 64 aniquilar as formas de luta social tanto as Ligas Camponesas, como, os Sindicatos Rurais, esses assumiram o caráter meramente assistencialista.

No início da década de 70, a produção açucareira nacional, conheceu um período extremamente favorável as exportações, que geraram uma sobra de capital para o Fundo Especial de Exportação que era administrado pelo IAA. Foi a partir dos recursos desse Fundo que o Instituto lançou dois grandes programas para o setor: o PLANALSUCAR e o Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira.

O PLANALSUCAR, ligado a questão agrícola, ou seja, fomentar um aumento de produtividade agrícola, com pesquisas nas áreas de genética e fitossanidade visando racionalizar a produção agrícola, inclusive com o desenvolvimento de novas variedades de cana ecologicamente mais adaptadas as diversas áreas canavieiras do país e o controle biológico de pragas.

Com o Programa foram instaladas e/ou equipadas diversas estações experimentais de pesquisas que produziram materiais de grande valor científico, mas que não redundaram em aumentos significativos da produtividade agrícola se compara aos recursos alocados, haja vista que no Nordeste, Alagoas é o Estado que detém maior produtividade, em torno de 70 toneladas de cana por hectare, e esse aumento na produtividade vem dos fins da década de 50, quando foram incorporadas ao processo produtivo os solos dos tabuleiros costeiros.

Quanto ao Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira, que consumiu em torno de 90% dos recursos do Fundo Especial de Exportação, os resultados são outros, permitindo um aumento da produtividade industrial e a agilização das exportações com a construção dos terminais açucareiros nos Portos de Santos, Recife e Maceió.

Os recursos colocados para modernização da produção açucareira e para os projetos de fusão e realocação de usinas; provocaram uma expansão considerável da área cultivada com o alargamento fundiário das usinas, principalmente nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, onde essa atividade não era tão importante se compara a Pernambuco e Alagoas. O resultado maior foi que essa expansão acabou com os sítios e com as pequenas propriedades nas áreas limítrofes a cana; e, também, reduziu a mão-de-obra utilizada e o tempo de uso da mesma, provocando uma massiva proletarização do trabalhador.

Para ilustrar, basta que se diga que hoje se utiliza apenas 1/3 da mão-de-obra que era utilizada na atividade canvieira e que as unidades industriais reduziram praticamente à metade o período de moagem; os reflexos da proletarização são sentidos não só no empobrecimento das populações residentes na área da cana, como, no esvaziamento dos sindicatos rurais e no crescimento de invasões feitas em toda a região canvieira pelo Movimento dos Sem Terra - MST e por outros grupos, ligados à Igreja e aos sindicatos.

Em 73, a crise do petróleo não é da saída sentida em termos das exportações de açúcar, pois o IAA havia firmado contratos a longo prazo; mas a crise do setor metalúrgico, ligado ao capital transacional, a redução nas exportações de açúcar e o fato do Governo ter escolhido o petróleo como bode expiatório da falência do modelo econômico, denominado "Milagre Brasileiro" imposto ao país pelo Golpe de 64, levaram em 1975 a criação do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL.

Com o PROÁLCOOL, que foi rapidamente capturado pelo setor canvieiro, passamos a ter um novo surto de modernização com a instalação e/ou reequipamento de destilarias autônomas e anexas as usinas para a produção de álcool anidro e hidratado. Assim, houve um novo surto de expulsão, inclusive com a penetração dessa atividade em áreas onde as condições climáticas não são favoráveis, desarticulando totalmente a pequena produção, com graves consequências sociais.

A partir da segunda metade da década de 80, a crise se instala nessa atividade, fruto sobretudo da própria crise nacional, com o fechamento de diversas unidades industriais em Pernambuco em torno de 40% se instalando o caos social com a reorganização da produção do espaço de forma desesperada, sem nenhum planejamento. Como esses grupos são grandes devedores do Estado, sejam dívidas contraídas com os bancos oficiais ou pelo não recolhimento de impostos e obrigações trabalhistas, é o momento ideal do Estado intervir com a efetivação de um programa de reforma agrária.

O que se propõe aqui não é o fim da atividade canavieira, e sim sua racionalização, que implicaria na redução de 1/3 da área cultivada, que faria ser trocada pelo Governo por parte das dívidas dos senhores empresários; tal medida permitiria a efetivação de uma reforma agrária de baixo custo e reverteria o caos social que ora se vive nessa área do Nordeste.

1.3 - O Sertão do Nordeste: “O Vale do São Francisco” e a Região do Agreste

Como já foi salientado o Sertão foi a área de pecuária extensiva e do consórcio agrícola tradicional, onde o algodão era o produto comercial e o milho e o feijão de subsistência, sem nenhuma grande modernização tecnológica, pois mesmo a política de implementação de perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, beneficiava com a construção de açudes, os grandes proprietários ou atrelava aos interesses da agroindústria à pequena produção.

No vale do São Francisco a política de irrigação via Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, foi feita atrelada a política de produção de energia implementada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, com a construção, sobretudo na década de 70 de barragens, com a finalidade de regularizar o débito d'água desse rio e a produção de energia.

Assim na beira dos lagos ou aproveitando das águas nele armazenadas a CODEVASF instalou uma série de projetos de irrigação, principalmente na região do submédio São Francisco, que modificaram totalmente o espaço produzido e as relações de produção nesse espaço.

Antes existia a cultura de sequeiro que era efetivada nos curtos períodos chuvosos e a de vazante ou de beira rio, feita aproveitando as enchentes do São Francisco e a conseqüente unidade de suas várzeas. O beiradeiro cultivava produtos de subsistência e como lavouras tradicionalmente comerciais tínhamos a cebola, tradicionalmente cultivada nessa área, embora com um calendário agrícola invertido para não coincidir com a produção do Centro Sul, e o arroz, cultura mais fundida no curso inferior do rio.

Ora a implementação desses perímetros que significa vultuosos investimentos do setor público na formação da infra estrutura, era feito beneficiando principalmente as médias e grandes empresas e quando destinados a pequena produção, esta fica totalmente atrelada aos interesses da agroindústria como é o caso do tomate, que a principal cultura da área, ou dos grandes grupos exportadores daí o crescimento da produção de frutas como a uva, a melancia

e o melão e mais recentemente da manga, graviola, banana e goiaba e da produção do palmito que vem se expandindo bastante.

Os critérios da CODEVASF na seleção dos que ocuparam os lotes irrigados, aliados ao alto custo da produção irrigada e do controle dessa produção pelo capital industrial e comercial de exportação, levaram a uma rápida proletarização de uma significativa parcela da população, acrescida ao grande fluxo de imigrantes extraídos para esse espaço pela maneira massiva propaganda levada a efeito pelos órgãos públicos, que mostram esse espaço como o “Eldorado do Nordeste”.

Recentemente o fato mais novo nessa área como fruto da redemocratização do país e a consequente reorganização dos grupos sociais, vem sendo a constante luta travada pelos atingidos pela barragem de Itaparica contra a CHESF para implementação de perímetros irrigados a montante, jusante e na borda do lago. Essa implementação, em parte financiada com recursos do Banco Mundial, já contava com um atraso de quase 10 anos, gerando diversos problemas sociais.

A proletarização no vale do São Francisco, provocado pela política da CHESF/CODEVASF é alarmante, o que demonstra de forma inequívoca a política dos governos que se sucedem no país de favorecimento dos grupos transnacionais e dominantes locais, daí porque em vez de se defender a redução do tamanho do Estado com o programa de privatização, porque não um programa de desprivatização do Estado, cuja política de intervenção sempre leva ao fortalecimento dos grupos dominantes.

Merece aqui destaque o caso dos produtores de tomate industrial por ser uma atividade de risco, as indústrias repassam a produção aos pequenos produtores, os mesmos ficam totalmente a mercê dessas indústrias, a tal ponto que para terem acesso ao financiamento, teve que ter uma carta compromisso com algumas dessas indústrias de fornecimento da produção o que não gera a obrigação recíproca da indústria de adquiri-la.

No Agreste, área do Nordeste de menor concentração fundiária, tínhamos até a década de 70 uma conveniência entre a agricultura e a pecuária semi intensiva, com relações como a meação e a parceria, que garantia renda a uma parcela considerável dos trabalhadores.

A partir dos meados dessa década, o avanço tecnológico, permitindo o cultivo de pastagens permanentes, aliada à capitalização da pecuária leiteira e de corte, permitiu um avanço dessa atividade, destruindo basicamente a pequena produção, provocando um grande empobrecimento da população, que pode ser facilmente observado pela pobreza das terras locais, que ao mesmo tempo demonstrou a ausência de produtos a serem ofertados e a queda no nível de renda e no padrão de consumo das populações.

Portanto, o Agreste que historicamente foi a área do nordeste onde havia uma menor concentração fundiária, hoje é o retrato da concentração de renda existente em toda a região, e o que é pior uma concentração de renda feita a partir de toda uma política pública efetivada sobretudo a partir dos anos 70, o Estado alocando recursos públicos que lhe permitiram como resultado final uma das maiores concentrações de renda do mundo.

1.4. Bibliografia

- 1 - ANDRADE, Manuel Correia de. História das Usinas de Açúcar de Pernambuco. Editora Massangana. Recife, 1989;
- 2 - _____. Cidade e Campo no Brasil. Brasiliense. São Paulo, 1974;
- 3 - _____. A Terra e o Homem no Nordeste. Brasiliense. São Paulo, 1975, 3ª ed.;
- 4 - _____. O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil. HUCITEC. São Paulo, 1977;
- 5 - _____. Paisagens e Problemas do Brasil. Brasiliense. São Paulo, 1977, 5ª ed.;
- 6 - _____. Geografia, Região e Desenvolvimento. Imprensa Universitária. Recife, 1977, 3ª ed.;
- 7 - _____. “O Processo de Modernização Agrícola e a Proletarização do Trabalhador Rural no Brasil”, in Geografia, vol. 3, nº 5, São Paulo, 1978;
- 8 - _____. Agricultura & Capitalismo. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979;
- 9 - _____. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1980;
- 10 - ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. A Modernização da Agroindústria Açucareira e Alcooleira de Alagoas a Partir da Década de 50 (Modernização e Proletarização). Dissertação Mimeografada. Recife, 1984;
- 11 - ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental. Tese de Doutorado. São Paulo, 1990;
- 12 - IANNI, Otávio. “O Estado e o Trabalhador Rural”, in Contexto, nº 4. São Paulo, outubro de 1978;
- 13 - _____. Ditadura e Agricultura. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979;
- 14 - KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Gráfica Editora Laemmert. Rio de Janeiro, 1968;
- 15 - SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos. (Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco). Duas Cidades. São Paulo, 1979;

16 - SILVA, José Graziano da. Progresso Técnico e Relações do Trabalho na Agricultura. HUCITEC. São Paulo, 1978;

17 - SZMRECSÁNYI, Tamás. O Planejamento da Agro Indústria Canavieira no Brasil (1930/75). HUCITEC/UNICAMP. São Paulo, 1949;

18 - WANDERLEY, Maria Nazaré Blaudel. Capitalismo e Propriedade Fundiária. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

